



Exmo. Presidente da Comissão de Cultura,
Comunicação, Juventude e Desporto,

Senhora Deputada Edite Estrela,

Palácio de São Bento, 01 de Outubro de 2018

Assunto: Requerimento do PAN para audição urgente do Ministro da Cultura sobre os touros de morte em Monsaraz

Considerando que:

- No dia 8 de Setembro, assistiu-se na arena do Castelo de Monsaraz a um “espectáculo” bárbaro e cruel, onde um touro indefeso, amarrado pela cabeça foi golpeado de forma atroz por elementos indiferenciados da população que, a sangue frio, mataram o animal com facadas.
- As imagens podem ser observadas nos seguintes links:

Video 1 - www.facebook.com/Basta.pt/videos/2287535081474378

Video 2 - <https://www.facebook.com/Basta.pt/videos/840107972780211>

- Este tipo de “espectáculos” tauromáquicos implicam um nível de crueldade e de insensibilidade abissais, que ainda são mais chocantes pelo facto de nos vídeos expostos ser visível na assistência a presença de crianças;
- Os vídeos mostram a brutalidade do evento, que mereceu o licenciamento da Inspeção Geral das Actividades Culturais ao abrigo do nº 4 do artigo 3º da Lei 92/95 de 12 de Setembro na redacção dada pela Lei nº 19/2002 de 31 de Julho, em virtude de um regime de excepção com base na "tradição", situação que se aplica em Barrancos e Monsaraz;
- Ademais, estas festividades com touros de morte em Monsaraz incluíram outrossim eventos claramente ilegais: dois "encerros para crianças" e uma "aula prática de toureio" com alunos de escolas de toureio portuguesas;

- Estas situações foram denunciadas à IGAC e à Comissão Local de Protecção das Crianças e Jovens, sem que estas entidades se tenham pronunciado sobre as manifestas ilegalidades invocadas;
- À realidade fáctica explicitada acresce o facto, de alegadamente, não ter estado presente nenhum veterinário nem qualquer inspector da IGAC que pudessem aferir do cumprimento dos ditames legais existentes;
- A violência destas imagens ilustra uma realidade anacrónica em que os animais utilizados nas touradas em Portugal são sujeitos a um tratamento bárbaro e indigno de um país civilizado.

Face ao exposto, e atendendo ao facto de a presente conjuntura levantar diversas questões, as quais carecem de cabal esclarecimento, requeremos, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, a realização de uma audição urgente ao Ministro da Cultura, como forma de esclarecer as informações suportadas em elementos documentais (nomeadamente fotografias e vídeos) relativos a alegadas ilegalidades nos eventos tauromáquicos concernentes aos touros de morte em Portugal.

O deputado,

André Silva

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões	
CCCID	
N.º Único	614751
Entrada/Saída n.º	222
Data	2018 / 10 / 02